



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Tribunal Superior do Trabalho

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 123/2005

(Regido pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos 3.931/2001 e 5.450/2005, e subsidiariamente, pelas Leis 8.078/90, Lei 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações)

Setor:	SRLCA – Serviço de Licitações e Contratos
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Registro de preços para eventual fornecimento de solução de Cluster de Firewalls para conexão à rede corporativa da Justiça do Trabalho
SESSÃO PÚBLICA PARA FORMULAÇÃO DE LANCES	
Dia:	CONSULTAR O SÍTIO WWW.COMPRASNET.GOV.BR
Hora:	CONSULTAR O SÍTIO WWW.COMPRASNET.GOV.BR
Local:	COMPRASNET.GOV.BR
LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTA EDITAL	
Dia:	Segunda a sexta-feira
Hora:	Das 12h às 18h
Local:	SAAN, quadra 3, lote 915, 2º andar, Sala de Licitações
<u>CUSTO DO EDITAL IMPRESSO</u>	
R\$ 0,15 por página.	

ACOMPANHE ESTA LICITAÇÃO E SEUS ATOS NA INTERNET, NOS SÍTIOS
www.tst.gov.br e www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: O PREGOEIRO INFORMA QUE OS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO REFERENTES A ESTE PROCEDIMENTO DEVEM SER ENCAMINHADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO VIA INTERNET, PARA O ENDEREÇO CPL@TST.GOV.BR, CONFORME O ART. 19 DO DECRETO N.º 5.450/2005

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET

RETIRE O EDITAL GRATUITAMENTE ACESSANDO OS SÍTIOS

www.tst.gov.br e www.comprasnet.gov.br

SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – TST
Processo n.º 138.320/2005-9
/RBP



1. Objeto da Licitação

- 1.1. O objeto deste certame é o registro de preços para eventual fornecimento dos produtos abaixo relacionados, respeitando as características detalhadas, termos e condições que constam no caderno de especificações técnicas anexo, como também o disposto neste edital e na minuta de contrato que o integra.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quantidade Registrada	Pedido Inicial
01	Cluster failover de Firewalls com dois nós (Descrição conforme ANEXO I – Tipo 1)	48 (Totalizando 96 Firewalls)	7 (Totalizando 14 Firewalls)
CÓDIGO CATMAT: BR 0150100			
02	Cluster failover de Firewalls com dois nós (Descrição conforme ANEXO I – Tipo 2)	48 (Totalizando 96 Firewalls)	18 (Totalizando 36 Firewalls)
CÓDIGO CATMAT: BR 0150100			

2. Condições para Participação

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, que estiverem previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico, cuja comunicação se dá pela Internet.
- 2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
- 2.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TST responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.1.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.



- 2.1.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.
- 2.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3. Credenciamento dos Representantes

- 3.1. O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF conforme disposto no § 2º, artigo 3º do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005.
- 3.1.1. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica, credenciar-se no SICAF, conforme disposto no inciso I, artigo 13 do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.
- 3.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4. Forma de Apresentação da Proposta

- 4.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obedecidos aos prazos estipulados neste instrumento de convocação, e consignar apenas **a marca do produto ofertado e seu preço unitário**, expresso em reais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.
- 4.2. No campo descrição complementar devem ser incluídas tão somente as seguintes informações relativas ao produto ofertado, sob pena de desclassificação:
- 4.2.1. Prazo de fornecimento dos equipamentos, assim como conclusão do treinamento, no máximo 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da assinatura do contrato.
- 4.2.2. Prazo de garantia contra defeitos de fabricação, não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir do recebimento definitivo do objeto pelos respectivos Tribunais.



- 4.2.3. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- 4.3. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta à indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.
- 4.4. É de responsabilidade do Proponente o conhecimento das características do material relacionado no objeto desta licitação.
- 4.5. Solicita-se sempre que possível a apresentação de folders, prospectos e outros materiais que facilitem a análise dos produtos ofertados.
- 4.6. É facultado ao Pregoeiro a solicitação de amostras referentes aos itens do objeto desta licitação, para verificação das características, devendo ser atendida no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação **conforme descrito no Anexo I – especificações Técnicas**.
- 4.7. Solicita-se também que as empresas participantes informem se são optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES. A falta desta informação corresponderá à resposta negativa, o que não implica na desclassificação dos licitantes.
- 4.8. Serão desclassificadas aquelas propostas que:
- Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
 - Não atendam às exigências deste edital.

5. Critério de Aceitabilidade dos Preços

- 5.1. Os preços deverão ser cotados em reais, com não mais de duas casas decimais, sob pena de serem truncados e serão irrealizáveis.
- 5.2. Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexeqüíveis.
- 5.2.1. O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da data da intimação.



6. Sessão Pública para Recebimento das Propostas e dos Documentos de Habilitação

- 6.1. A sessão pública desse pregão eletrônico, conduzida pelo pregoeiro designado, ocorrerá na data e hora indicados no preâmbulo e obedecerá ao rito estabelecido no Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005.
- 6.2. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço e, quando for o caso, seus anexos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
 - 6.2.1. Como requisito para participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno cumprimento dos requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
 - 6.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste instrumento convocatório.
 - 6.2.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
 - 6.3.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.3.2. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na Internet.
 - 6.3.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.
- 6.5. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
 - 6.5.1. No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- 6.5.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 6.5.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.5.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.5.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 6.5.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.
- 6.5.7. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.5.8. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 6.5.9. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.5.10. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.5.11. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.



7. Julgamento das Propostas

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.2. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor.
- 7.3. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 7.4. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada divulgada no sistema eletrônico, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e será disponibilizada na Internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.
- 7.5. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 7.6. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 7.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e seus anexos.
- 7.8. O pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da intimação.
- 7.9. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será afastado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.10. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



- 7.11. A empresa vencedora obriga-se, quando solicitado pelo pregoeiro, a encaminhar, no prazo de 1(uma) hora, por meio eletrônico, nova Planilha de Preços, com os valores respectivos readequados ao lance vencedor.
- 7.12. Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada até o prazo de 2(dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública.

8. Habilitação dos Licitantes

- 8.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere a:
- a) habilitação jurídica;
 - b) regularidade fiscal;
 - c) qualificação econômica e financeira;
 - d) qualificação técnica;
 - e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.2. A **habilitação jurídica** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 8.2.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
 - 8.2.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;
 - 8.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.3. A **regularidade fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).



- 8.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
- 8.3.3.1. certidão de quitação de tributos federais, neles abrangidas as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;
- 8.3.3.2. certidão quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional - Ministério da Fazenda.
- 8.3.4. Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
- 8.3.4.1. certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;
- 8.3.4.2. certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.
- 8.3.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, alínea "a", Lei n.º 8.036. de 11/05/90) através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
- 8.3.5.1. Caso a empresa licitante não apresente o CRF, poderá o pregoeiro proceder à consulta na Base de dados da Caixa Econômica Federal, através da Internet, para verificação de sua regularidade.
- 8.3.6. Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida pela Constituição Federal, em seu artigo 195, parágrafo 3º com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.
- 8.3.6.1. Caso a empresa licitante não apresente a CND, poderá o pregoeiro proceder a consulta à Base de dados da Previdência, através da Internet para verificação de sua regularidade, na forma da OS do INSS nº 207 de 8 de abril de 1999.



8.4. A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

8.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.4.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a **1 (um)**.

8.4.2.1. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um), no índice referido no item anterior, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido mínimo no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

8.4.2.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial ou;
- b) publicados em jornal de grande circulação ou;
- c) registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;
- d) por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN n° 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC de 01 de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para cotejo pelo pregoeiro, fica dispensada a inclusão na documentação dos seus Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.

8.4.2.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.



- 8.5. **A qualificação técnica** será comprovada mediante:
- 8.5.1. Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto dessa licitação.
 - 8.5.1.1. Comprova essa aptidão a apresentação de pelo menos um atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados na entidade profissional competente, indicando que a empresa forneceu os produtos, conforme descrito no Objeto deste edital.
 - 8.5.2. Apresentar carta emitida pelo fabricante do hardware atestando que a mesma está apta a prestar suporte e fornecer os produtos ofertados;
 - 8.5.3. Comprovar que possui em seu quadro profissionais certificados pelo fabricante, no mínimo 2 técnicos.
- 8.6. **O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.
- 8.7. Disposições gerais sobre habilitação:
- 8.7.1. Para confirmação da qualificação técnica das empresas o pregoeiro poderá, a seu critério e sem comunicação prévia, visitar as instalações da proponente, devendo na ocasião ser comprovadas as informações documentais.
 - 8.7.2. Serão excluídas da licitação, em qualquer tempo, as empresas que não comprovarem as informações documentais por ocasião da visita que se lhes fizer às instalações.
 - 8.7.3. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios.
 - 8.7.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes a **HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL**, desde que estejam em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
 - 8.7.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser



apresentados inclusive via fax, no prazo de 1(uma) hora contado da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

- 8.7.6. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.7.7. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá o pregoeiro, a seu juízo, considerar o proponente inabilitado.
- 8.7.8. Caso o licitante seja inabilitado por conta de irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (Anexo III da IN MARE nº 05/95), ter entregue a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o pregoeiro suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Órgão Gestor do SICAF.
- 8.7.9. A validade dos documentos será a expressa em cada qual, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, aqueles emitidos a menos de 90 (noventa) dias.
- 8.7.10. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 8.7.11. Documentos apresentados com a validade expirada, não sendo a falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.

9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos

- 9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
 - 9.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24(vinte e quatro) horas.
 - 9.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 9.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3(três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão



pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço indicado no edital.

- 9.3. A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 9.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.7. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.8. Se não reconsiderar sua decisão o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 9.9. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Serviço de Licitações e Contratos do TST, sito no SAAN Quadra 3, lote 915, 2º andar.

10. Prazos e Condições para Assinatura do Contrato

- 10.1. Após homologado o resultado desta licitação, o TST convocará o proponente vencedor para a assinatura da Ata de Registro de Preços e do instrumento contratual, quando será exigida a comprovação das condições de habilitação consignados no edital.
- 10.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de adquirir o objeto, o TST convocará a empresa cujo preço foi registrado para assinatura do instrumento contratual correspondente e a retirada da respectiva nota de empenho.



- 10.3. A convocação de que trata o item 10.1 deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável uma única vez, a critério do TST, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 28 do Decreto 5.450/2005.
- 10.4. A assinatura do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficará diretamente condicionada - como solenidade de tratamento recíproco - ao ato formal de assinatura do respectivo contrato, cabendo à empresa, para tanto:
- 10.5. Fazer-se representar por profissional devidamente habilitado a examinar - comparando - a minuta com o instrumento obrigacional definitivo;
- 10.6. Autorizar o seu representante, não havendo divergência entre os documentos cotejados, a firmar em seu nome o referido contrato.
- 10.7. O exame a que alude o item anterior dar-se-á no recinto do Tribunal, podendo ser utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas, inclusive, se preciso, fora do expediente normal de trabalho.
- 10.8. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 10.9. Para segurança da Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a adjudicatária deverá optar, no montante de 5% do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:
 - 10.9.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - 10.9.2. seguro garantia;
 - 10.9.3. fiança bancária.
- 10.10. A CONTRATADA deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação de que trata o item 10.1, sob pena de ser-lhe imputada multa, conforme item 20.4 do edital.
- 10.11. É de inteira responsabilidade do adjudicatário a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o TST;



- 10.12. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a vender os equipamentos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.
- 10.13. É facultado ao TST, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular das condições de habilitação no ato da assinatura da ata de registro de preços ou contrato, ou recusar-se a assiná-los ou a retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda quando rescindir o contrato por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.
- 10.14. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 10.15. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 10.16. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 10.17. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

11. Vigência do Contrato e do Registro de Preços

- 11.1. O registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, contados da data de assinatura da respectiva ata.



- 11.2. O prazo de vigência do contrato será da data da sua assinatura até o término do período de garantia indicado pela licitante vencedora, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
- 11.3. Referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir-se o primeiro e incluir o último.

12. Fiscalização da Execução Contratual

- 12.1. O fornecimento dos produtos objeto deste pregão será fiscalizado, conforme o caso, por um servidor ou por uma Comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores do TST, doravante denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TST, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
- 12.2. À fiscalização compete, entre outras atribuições:
- 12.2.1. Encaminhar à Secretaria Administrativa o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à Contratada.
- 12.2.2. Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato.
- 12.2.3. Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução, indicando as ocorrências verificadas.
- 12.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

13. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

- 13.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela Lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:
- 13.1.1. **provisoriamente**, imediatamente após efetuado o fornecimento, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações e com a proposta.
- 13.1.2. **definitivamente**, em até 30 (trinta) dias úteis a partir do recebimento provisório, mediante termo de recebimento definitivo, após comprovação de adequação da solução às cláusulas contratuais.



13.2. Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características dos equipamentos, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

13.2.1. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia pelo produtor ou fabricante, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

13.3. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado ou com a proposta, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a Contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento, e ficando suspenso o pagamento até que sanada a situação.

13.4. Em caso de material entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo pela fiscalização para que a Contratada o substitua, que iniciar-se-á a partir da data do Termo de Recusa de Material. A Contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado.

13.5. As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme ata de registro de preços. A existência dos preços registrados não obriga o TST a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14. Condições de Pagamento

14.1. Os pagamentos serão efetuados, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP, na seguinte forma:

14.1.1. 30% (trinta por cento) após a entrega dos equipamentos;

14.1.2. 20% (vinte por cento) após realização dos serviços;

14.1.3. 20% (vinte por cento) após a conclusão do treinamento;

14.1.4. 30% (trinta por cento) após o recebimento definitivo.



- 14.2. A Contratada deverá entregar todo o material solicitado através da nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
- 14.2.1. Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a Contratada fazer a substituição.
- 14.3. A retenção dos tributos federais não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.
- 14.4. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.
- 14.5. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

15. Reajuste dos Preços

- 15.1. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços admitem revisão na forma disciplinada no Decreto 3.931/2001.
- 15.2. Celebrado um contrato, os preços nele consignados serão fixos e irremovíveis durante toda a sua vigência.

16. Obrigações da Contratada

- 16.1. A Contratada deverá fornecer os bens no prazo máximo estipulado na proposta, contados da assinatura do contrato, bem como prestar os serviços de assistência



técnica nos prazos e horários estabelecido nesta cláusula, sob pena de acarretar as devidas multas estabelecidas neste edital e ainda:

- 16.1.1. Os bens deverão ser industrializados, novos e entregues, nos locais definidos no anexo II, acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas.
 - 16.1.2. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os itens acessórios de hardware e software necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, interfaces, suportes, drivers de controle, programas de configuração etc.
 - 16.1.3. Os equipamentos deverão estar acompanhados de sua documentação técnica completa e atualizada, contendo os manuais, guias de instalação e outros pertinentes. **A documentação deverá ser fornecida em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo.**
 - 16.1.3.1. É necessária a entrega de documentação para cada TRT e TST, contendo: as informações necessárias para abertura dos chamados por telefone e por correio eletrônico (códigos de acesso, números de telefone, endereços de correio eletrônico, códigos de identificação do cliente, etc...); acesso à área de suporte técnico através de endereço eletrônico (web site) do fabricante do equipamento. **Esta documentação deve ser entregue junto com os equipamentos.**
 - 16.1.3.2. Após a entrega da solução, o licitante deverá efetuar a instalação física da solução proposta nos TRTs e TST, bem como configurá-los de tal forma que mantenha o perfeito funcionamento das redes dos tribunais e capacitar a equipe técnica de acordo com o programa descrito no anexo III.
- 16.2. A Contratada deverá comprovar possuir assistência técnica credenciada pelo fabricante, capaz de atender nos locais de entrega dos equipamentos com, no mínimo, uma central de assistência técnica. A assistência técnica da garantia consiste de: reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos; acesso total ao conteúdo presente em área restrita de suporte no endereço



eletrônico (web site) do fabricante do equipamento, contemplando toda a documentação técnica (guias de instalação/configuração atualizados, FAQ's, com pesquisa efetuada através de ferramentas de busca) e atualizações ("update" e "upgrade") de todos os componentes de software do sistema.

- 16.2.1. Previamente à assinatura do termo contratual deverá ser apresentada a relação dos postos de serviço, com sua identificação, endereço, CNPJ/CPF, responsável técnico e região de atuação.
- 16.2.2. Em caso de terceirização dos serviços de assistência técnica, deverá ser fornecida declaração de, no mínimo, uma empresa terceirizada por local de entrega. Essas declarações, onde devem constar os dados solicitados neste item e o comprometimento das empresas de assistência técnica com a prestação desse serviço, deverão ser destinadas ao Tribunal Superior do Trabalho e são requisitos para assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 16.2.3. A assistência técnica utilizará apenas peças e componentes originais salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo TRT ou TST.
- 16.2.4. A assistência técnica em garantia será prestada na modalidade "**on-site**", nos locais de entrega indicados. A partir da comunicação do(s) defeito(s) pelo TRT ou TST, conforme sistema de registro do próprio tribunal, o início do atendimento e término do reparo do(s) equipamento(s) serão de até 2 horas e 1 dia, respectivamente.
- 16.2.5. A assistência técnica da garantia será realizada de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 18h, a pedido do TRT ou TST;
- 16.2.6. A abertura de chamados será efetuada por correio eletrônico e por telefone. No caso de abertura através de telefone, o contato será efetuado através de número nacional isento de tarifação telefônica (por exemplo, prefixo 0800), ou números locais em cada município de entrega dos equipamentos; em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em língua portuguesa.
- 16.2.7. O acesso à área restrita de suporte em endereço eletrônico (web site) deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
- 16.2.8. O término do reparo do equipamento não poderá ultrapassar o prazo previsto, caso contrário deverá ser providenciado pelo contratado a colocação de equipamento equivalente ou de superior configuração como *backup*, até que seja sanado o defeito do equipamento.



- 16.2.9. Durante o período de garantia, os equipamentos que apresentarem inoperância, em 02 (duas) ocasiões separadas por no máximo um período de 60 (sessenta) dias corridos, devem ser substituídos.
- 16.2.10. Durante o período de garantia, os equipamentos que apresentaram funcionamento irregular, em desacordo com aquele especificado pelo fabricante, em 02 (duas) ocasiões separadas por até 60 (sessenta) dias corridos, devem ser substituídos.
- 16.2.11. A Contratada deverá oferecer programa de capacitação para o corpo técnico do TST e TRTs, abordando os assuntos: instalação, configuração e gerenciamento da solução proposta. A especificação detalhada do programa de capacitação está descrita no anexo III.
- 16.3. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o TST.
- 16.4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 16.5. A CONTRATADA não será responsável:
- 16.5.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- 16.5.2. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste edital e no Contrato a ser assinado com o TST.
- 16.6. O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

17. Obrigações do TST

- 17.1. O TST, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
- 17.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências do TST.
- 17.1.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.



- 17.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
- 17.1.4. Outras obrigações constantes na Minuta de Contrato e no Caderno de Especificações.

18. Alterações na Ata de Registro de Preços

- 18.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 18.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao TST (órgão gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 18.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TST (órgão gerenciador) deverá:
 - 18.3.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado, frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
 - 18.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 18.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TST (órgão gerenciador) poderá:
 - 18.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
 - 18.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 18.5. Não havendo êxito nas negociações, o TST (órgão gerenciador) deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19. Cancelamento do Registro de Preços

- 19.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:
 - 19.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;



- 19.1.2. Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 19.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 19.1.4. Tiver presentes razões de interesse público.
- 19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 19.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60(sessenta) dias.

20. Sanções para o Caso de Inadimplemento

- 20.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o TST, as Sanções Administrativas aplicadas ao contratado serão :
 - 20.1.1. Advertência;
 - 20.1.2. Multa;
 - 20.1.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a União;
 - 20.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 20.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa administrativa no percentual de 1% (um por cento) por dia de atraso a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data fixada para entrega do material ou conclusão do serviço, até o percentual máximo de 30% (trinta por cento), caracterizando, neste caso, a inexecução total da obrigação, punível com as sanções previstas nos itens 20.1.3 e 20.1.4 deste edital.
- 20.3. No caso do início do atendimento ultrapassar os prazos descritos neste instrumento, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) do valor do equipamento faturado na



- nota fiscal entregue ao TST, por hora de atraso, para cada equipamento em que houver atraso, até o limite de 10% do valor do contrato.
- 20.4. O descumprimento do prazo de retirada da nota de empenho ou a recusa em aceitá-la implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou da nota de empenho e no impedimento para contratar com o TST por período de até 5 (cinco) anos, a critério da Administração do TST.
- 20.5. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST, da garantia contratual, ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
- 20.6. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do Decreto 5450/2005.
- 20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.8. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- 20.8.1. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 1 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.
- 20.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.
- 20.10. Sempre que não houver prejuízo, as penalidades impostas poderão ser transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo do TST.



21. Generalidades

- 21.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48.
- 21.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.
- 21.3. Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na lei 8.666/93.
- 21.4. A Contratada deverá justificar fundamentada, prévia e formalmente qualquer ocorrência que a leve a descumprir os deveres estabelecidos neste Termo. A aceitação da justificativa ficará a critério do TST.
- 21.5. As **amostras** porventura apresentadas, deverão ser retiradas pelos interessados em até **30 (trinta) dias** após a conclusão do procedimento licitatório (homologação, revogação ou anulação). Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o TST o direito de **utilizá-las, doá-las** ou simplesmente **descartá-las**.
- 21.6. **Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.**
- 21.7. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos junto à Serviço de Licitações e Contratos, exclusivamente através do endereço eletrônico cpl@tst.gov.br.
- 21.8. Esta licitação poderá ser acompanhada através dos sítios www.tst.gov.br e www.comprasnet.gov.br, locais onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Brasília, 15/12/2005.

Fabiano de Andrade Lima
Pregoeiro



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS \ PE-123/2005

No dia DD do mês de MMMMM de 2005, no Tribunal Superior do Trabalho, são registrados os preços da(s) empresa(s) abaixo identificada(s), para eventual fornecimento de solução de prevenção de intrusão para conexão à rede corporativa da justiça do trabalho, conforme descrito no quadro abaixo, resultante do Pregão n.º 123/2005 para Sistema de Registro de Preços. As especificações técnicas constantes no processo administrativo 138.320/2005-9, assim como os termos da proposta, integram esta ata de registro de preços, independentemente de transcrição.

O prazo para assinatura do Contrato será de até 2(dois) dias úteis da data da comunicação ao fornecedor.

O presente registro de preços terá a vigência de 1(um) ano, até ____/____/____.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE REGISTRADA	Preço Unitário Registrado
1	Cluster failover de Firewalls com dois nós (Descrição conforme ANEXO I – Tipo 1)	48 (Totalizando 96 Firewalls)	
Empresa vencedora: CNPJ: Endereço: Telefone: Fax:			
2	Cluster failover de Firewalls com dois nós (Descrição conforme ANEXO I – Tipo 2)	48 (Totalizando 96 Firewalls)	
Empresa vencedora: CNPJ: Endereço: Telefone: Fax:			

Brasília - DF, XX de XXXX de XXXX

Nome do Diretor – Geral
Diretor-Geral de Coordenação Administrativa
Tribunal Superior do Trabalho

Nome do representante (sócio, procurador etc.)
Nome da Empresa vencedora

Nome do Diretor - SRLCA
Diretor do Serviço de Licitações e Contratos
Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Características de Firewall:

- 1.1. Controlar as sessões de Telnet, FTP, UDP, TCP, HTTP, SMTP, SNMP, aplicações específicas através do seu número de porta TCP/UDP e controle de serviços RPC;
- 1.2. A licença do software de firewall deve permitir um número mínimo de conexões conforme item 8 deste anexo;
- 1.3. Implementar filtros independentes do tipo de serviço evitando ataques comuns: IP source spoofing e IP source routing;
- 1.4. Possibilitar a especificação de uma política de segurança orientada ao usuário, onde a filtragem de pacotes possa ser feita através da análise do endereço de origem, endereço destino, serviço (TCP, UDP, ICMP, etc.) e autenticação de usuário, independente de seu IP de origem;
- 1.5. Suporte ao padrão 802.1q (VLAN Tagging);
- 1.6. Suportar Network Address Translation (NAT 1-1 e NAT 1-N), de modo estático ou dinâmico;
- 1.7. Suportar certificados digitais, padrão X509, sendo compatível, no mínimo, com as soluções Entrust, Baltimore, RSA, Microsoft e Verisign;
- 1.8. Suportar o controle de aplicações multimídia como: Real Audio e voz sobre IP;
- 1.9. Capacidade de filtrar pacotes JAVA, ActiveX;
- 1.10. Suportar alta disponibilidade, sem perda de conexão (inclusive VPN);
- 1.11. Suportar autenticação aos sistemas: Radius, SecureID, Senha no próprio Firewall, Certificados Digitais (X509) e Serviço de Diretório (LDAP);
- 1.12. Permitir a utilização de hardware tokens (SecurID ou equivalente) e Smart Cards, com o uso de certificados X.509, na autenticação de usuários;
- 1.13. Suportar leitura de CRL através de, no mínimo, HTTP e LDAP;
- 1.14. Possuir Console de Gerenciamento em modo gráfico, tornando possível a definição das políticas de firewall corporativo, VPN, QoS e firewall pessoal na máquina cliente de forma centralizada e integrada:
 - 1.14.1. Este modulo de gerenciamento deverá ser capaz de gerenciar, separadamente, um mínimo de dois conjuntos de

Firewalls com os dados trafegados criptografados e autenticados entre gerência e firewall;

- 1.14.2. Gerenciar de forma integrada toda a política dos firewalls gerenciados (corporativos e pessoais), possibilitando a replicação automática de novas regras criadas para todos os firewalls;
- 1.15. Possibilitar a especificação de política por tempo, ou seja, permitir a definição de regras para um determinado horário ou período (dia, mês, ano, dia da semana e hora);
- 1.16. Sistema gráfico de visualização de Logs, deve possuir visualização de todas as conexões "logadas" nos firewalls gerenciados no item 1.14 e log de auditoria. Este sistema gráfico de visualização de logs deverá ser único para conectividade, tempo-real, auditoria e deve ser capaz de filtrar eventos por IP ou nome do objeto e gerar relatórios em formatos de tabelas e gráficos;
- 1.17. Auditoria detalhada de toda alteração de configuração feita no Firewall, indicando usuário, ação e horário;
- 1.18. Possuir a capacidade de alertar os administradores através de E-mail, do protocolo SNMP e scripts ou executáveis definidos pelos administradores, sobre os eventos de segurança gerados no firewall;
- 1.19. Permitir a configuração do serviço FTP, com as funções mínimas: Não permitido, somente GET(autenticado), GET e PUT(autenticado), com a possibilidade de integração futura com tecnologias de inspeção de conteúdo (antivírus, filtragem de URL) a partir de softwares específicos;
- 1.20. Possuir a capacidade de tomar a decisão de encaminhar ou bloquear um pacote, com base nos pacotes anteriores (controle baseado em estado - ex: Tecnologia Stateful Inspection);
 - 1.20.1. A funcionalidade do item 1.20 deve estar disponível para os protocolos H.323, MGCP e SIP;
 - 1.20.2. A funcionalidade do item 1.20 deve suportar o padrão SIP, de acordo com as RFCs 3372, 3311, SCCP – Skinny Client Control Protocol, RTSP – Real-Time Streaming Protocol, TAPI e J-TAPI;
 - 1.20.3. A funcionalidade do item 1.20 deve suportar o padrão e RFC do H.323 versões 1, 2, 3 e 4;
- 1.21. Permitir a “randomização” do número de seqüência TCP, ou seja, funcionar como um “proxy” de número de seqüência TCP de modo a garantir que um host situado em uma interface considerada “externa” (insegura) sob o ponto de vista de política de segurança do firewall, nunca tenha acesso ao

número de seqüência TCP real do host seguro (interno ao firewall) em uma sessão estabelecida entre os referidos hosts;

- 1.22. Capacidade de integração com sistema de IDS (*Intrusion Detect System*) de modo a permitir a configuração dinâmica de filtros / lista de acessos para bloquear ataques e ações hostis (detectados pelo IDS);
- 1.23. Permitir a criação de privilégios de acesso para um usuário ou grupo de usuários;
- 1.24. Permitir granularidade de privilégios para os administradores (ex: somente acesso a logs, políticas de firewall, somente leitura);
- 1.25. Permitir a autenticação dos administradores na console de gerência através de certificados X509 emitidos internamente (autoridade certificadora interna) e/ou através de PKI compatível, conforme item 1.7, bem como a possibilidade de autenticar administradores através de serviços de autenticação externos integráveis (item 1.11);
- 1.26. O software de firewall deve suportar nativamente implementações em alta disponibilidade, dos tipos ativo-passivo e load-balance. (A solução de alta disponibilidade deve ser do mesmo fabricante ou nativa do hardware);
- 1.27. Suportar operação em modo transparente (Firewall age como “bridge”), tendo apenas um IP de gerência mas pode efetuar todas as filtragens tradicionais;
- 1.28. Permitir simultaneamente com a implementação *Network Address Translation*, os seguintes tipos de aplicações:
 - 1.28.1. Multimídia, incluindo RealNetworks RealAudio, Xing technologies Streamworks, CuSeeMe, Vocal Tec Internet Phone, VDOnet VDOLive, Microsoft NetShow, Vxtreme Web Theatre, Intels Internet Video Phone e Microsoft NetMeeting (baseado no padrão H.323);
 - 1.28.2. H.323 v4 , *Real Time Streaming Protocol* (RTSP), SIP (*Session Initiation Protocol*);
 - 1.28.3. RISC/SPARC *Remote Procedure Call* (RPC).
- 1.29. Suportar VoIP em ambiente configurado com NAT;
- 1.30. Na configuração de QoS deverá suportar pelo menos duas filas por interface de saída, sendo uma com prioridade estrita, e classificação baseada em DSCP, portas TCP/UDP de origem/destino, endereço IP de origem/destino;
- 1.31. Suporte a limitação de banda por classe de serviço (rate limiting);

- 1.32. Deve suportar nativamente implementações em alta disponibilidade, dos tipos ativo-passivo ou failover e load-balance;
- 1.33 Deverá suportar políticas de QoS (Quality of Service), inclusive tecnologia DiffServ, para VPNs, inclusive com garantias ou limites de alocação de banda de acordo com o usuário, independente do IP utilizado, usuários esses autenticados através dos padrões e tecnologias definidos no item 1.11. Ex: Marca diferenciada (DiffServ) para serviços distintos (Ex: Telnet, http, H323), mesmo quando utilizado em conjunto com a VPN;
- 1.34 Suportar proteção contra ataques de DoS (*Denial of Service*).

2 Características de VPN:

- 2.1 Permitir a autenticação dos usuários através dos seguintes métodos: RADIUS e Certificados Digitais padrão X.509 (inclusive armazenados em SmartCards e Tokens);
 - 2.1.1 Possuir capacidade de autenticar usuários cadastrados em diretórios padrão LDAP.
- 2.2 A solução de VPN deve permitir um número ilimitado de conexões licenciadas, as quais deverão ser gerenciadas centralmente. Devem ser fornecidas pelo menos 25 licenças de VPN client por equipamento;
- 2.3 O módulo para cliente VPN, deverá ter firewall pessoal integrado e operar nas seguintes plataformas Windows: 2003, 2000, XP, NT e 98;
- 2.4 Agir como concentrador de acessos VPN, sendo capaz de passar parâmetros tais como endereço IP do cliente VPN, endereço IP do WINS Server, endereço IP do DNS Server e Default Domain Name para o cliente;
- 2.5 Suportar transparência de conexões IPSEC a NAT (NAT-T) através de encapsulamento dos pacotes IPSEC em UDP e TCP (IPSEC over TCP);
- 2.6 Possuir mecanismo de automatização do processo de enrollment na autoridade certificadora, através do suporte ao protocolo SCEP (Simple Certificate Enrollment Protocol);
- 2.7 Verificação automática de CRLs, via HTTP ou LDAP, antes da aprovação do túnel;
- 2.8 Suportar, no mínimo, os algoritmos e protocolos IPSec, IKE, 3DES, DES e AES;
- 2.9 Possibilitar análise Real-Time da performance de VPN, através de gráficos sobre a performance do tunnel VPN;

- 2.10 Capacidade de utilização de VPN e controle de acesso (firewall), simultaneamente;
- 2.11 Capacidade de atualização / distribuição do software de Firewall/VPN de forma centralizada, através de interface gráfica;
- 2.12 O software deverá suportar a criação e customização de pacotes de cliente VPN pré-configurados de acordo com as definições criadas pelos administradores, de forma a não necessitar alterações ou configurações pelos usuários;
- 2.13 O software de VPN deve suportar nativamente implementações em alta disponibilidade, dos tipos ativo-passivo ou failover;
- 2.14 O concentrador de VPN deve ser capaz de configurar nos VPN clients uma lista de acesso de “split tunneling”, de modo a explicitar quais as redes podem continuar sendo acessíveis de forma direta (sem IPSEC) durante uma conexão VPN à rede TST. Deve também ser possível a operação no modo “all tunneling”, em que todo o tráfego do VPN client só poderá ser transportado através da conexão protegida;
- 2.15 Deve ser possível ao firewall desempenhar papel simultâneo de concentrador túneis IPSEC do tipo “site-to-site” (LAN-to-LAN) e “remote access”;
- 2.16 Possibilidade de monitoração de usuários de VPN Client-to-Site em tempo real.

3 Características de Hardware:

- 3.1 Hardware dedicado tipo appliance com Sistema Operacional customizado para garantir segurança e melhor performance ao firewall e que permita o monitoramento de recursos no appliance e gerenciamento via HTTPS, SSH e SNMP, de modo centralizado (única console para gerência de todos os hardwares);
- 3.2 Deve suportar solução de cluster ativo-ativo, com redundância e balanceamento de carga sem perda de conexões;
- 3.3 Suportar autenticação MD5 para os protocolos de roteamento RIP v2, e OSPF;
- 3.4 O solução de cluster ativo deve ser implementada de forma nativa pelo Sistema Operacional do appliance, sem a necessidade de nenhum componente adicional;

- 3.5 Suportar opção de alta disponibilidade, permitindo a utilização de uma segunda unidade em standby. Em caso de falha de uma das unidades, não deverá haver perda de nenhuma das conexões ativas (stateful failover) e a transição destas conexões entre as duas unidades deve ser completamente transparente para o usuário final. A unidade standby deverá ser fornecida;
- 3.6 Appliance com um mínimo de 8 interfaces Ethernet 100 Mbps, pelo menos um slot de expansão PMC e suporte a interfaces Gigabit Ethernet em fibra para os Firewalls do **Tipo 1**;
- 3.7 Appliance com um mínimo de 6 interfaces Ethernet 100 Mbps, podendo ser expandido até, pelo menos, 8 interfaces Ethernet 100 Mbps para os Firewalls do **Tipo 2**;
- 3.8 Appliance deve garantir uma vazão mínima de 1.0 Gbps para conexões sem criptografia e um mínimo de 160 Mbps para as conexões cifradas (VPN/3DES) para os Firewalls do **Tipo 1**;
- 3.9 Appliance deve garantir uma vazão mínima de 300 Mbps para conexões sem criptografia e um mínimo de 100 Mbps para as conexões cifradas (VPN/3DES) para os Firewalls do **Tipo 2**;
- 3.10 Suporte ao padrão 802.1q (VLAN Tagging);
- 3.11 Suportar protocolos de roteamento dinâmico tais como OSPF e que este atenda também a utilização em cluster;
- 3.12 Capacidade de atualização individual do sistema operacional e software de firewall em cada nó do cluster sem impacto nas conexões;
- 3.13 Possibilidade de suporte de interface LAN Gigabit padrão 1000-SX;
- 3.14 Suportar gerência de hardware SNMPv1 e SNMPv2c;
- 3.15 Possuir cliente NTP (*Network Time Protocol*) com suporte a autenticação entre peers, conforme definido na RFC 1305;
- 3.16 Suportar gerenciamento através de interface CLI (*command line interface*) do servidor VPN, através da porta de console, telnet e SSH (*Secure Shell*);

4 Características de Administração/Gerenciamento da solução:

- 4.1 Permitir autenticação na console de administração através dos seguintes métodos:
 - 4.1.1 Usuário/senha;
 - 4.1.2 Radius;

- 4.1.3 Certificado Digital X509;
- 4.1.4 Tacacs/ Tacacs+.
- 4.2 Permitir a criação de vários servidores de Log em um único servidor físico, permitindo que cada gerência possua uma base de dados distinta para suas informações de Log;
- 4.3 Permitir que as políticas de segurança globais sejam instaladas em qualquer quantidade de firewalls simultaneamente;
- 4.4 Permitir a definição das estações que podem se conectar à gerência através do endereço IP, ranges de endereços IPs, nomes ou domínios;
- 4.5 Permitir a instalação, desinstalação e upgrade de componentes dos firewalls através de uma única console de administração;
- 4.6 Suportar as funcionalidades de Syslog;
- 4.7 Permitir a definição de níveis de administração;
- 4.8 Toda alteração de política e definições na console de gerenciamento deve ser registrada e passível de auditoria.

5 Amostras

- 5.1 Após classificação das propostas e ultrapassada a fase de lances, a critério do TST, o Pregoeiro solicitará à LICITANTE que se classificar em 1º (primeiro) lugar, que a mesma apresente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, a contar da data da sessão do Pregão, 01(uma) amostra de todas os requisitos especificados neste anexo do presente edital, incluindo toda infra-estrutura para instalação e produção dos testes (equipamentos, servidores, estações, software, etc);
 - 5.1.1 Essa amostra deverá ser montada no ambiente da CONTRATANTE e sua instalação e configuração será acompanhada e supervisionada pela equipe técnica do TST;
 - 5.1.2 A CONTRATANTE disponibilizará acesso à Internet para testes das ferramentas;
 - 5.1.3 A não apresentação/instalação das ferramentas solicitadas no item anterior, no prazo estabelecido, ensejará a desclassificação da proposta da LICITANTE;
 - 5.1.4 Desclassificada a proposta da licitante, por não cumprimento do requisito previsto no Subitem 6.1. ou, ainda, por desatendimento a

quaisquer exigências fixadas no edital ou na sua proposta, o Pregoeiro deverá convocar a 2ª (segunda) colocada pela ordem da rodada de lances efetuados e assim sucessivamente;

5.2 O local para a entrega da amostra é o seguinte:

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SEPROD

Endereço: Praça dos Tribunais Superiores, 2º Andar, Edifício Sede da CONTRATANTE sala 223.

Tel. (0xx61) 3314-4296.

5.3 O resultado da análise da amostra será apresentado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de entrega do ambiente de testes (o ambiente deverá estar operacional no prazo estabelecido no Subitem 6.1) e será com base na comprovação dos requisitos exigidos no projeto básico e na documentação técnica constante da proposta da LICITANTE que serão considerados como:

- a) CLASSIFICADA: a amostra comprova que a ferramenta atende a todos os requisitos exigidos no Edital e cotados na proposta da licitante;
- b) DESCLASSIFICADA: a amostra não comprova que atende os requisitos exigidos no Edital e/ou na proposta da licitante;
- b1) A amostra desclassificada implicará na desclassificação da LICITANTE do certame.

6 EXAME DAS AMOSTRAS

- 6.1 As amostras serão analisadas para verificação da conformidade com os requisitos estabelecidos na especificação técnica e na proposta da licitante;
- 6.2 As amostras serão devolvidas à LICITANTE, tão logo termine todas as dúvidas e questões acerca das ferramentas cotadas;
- 6.3 Não caberá ao TST, sob qualquer hipótese, o pagamento de nenhum tipo de indenização em virtude da realização dos testes na amostra, seja ela rejeitada ou não;
- 6.4 Os testes serão públicos a todas as LICITANTES interessadas e credenciadas no referido certame, sendo que essas poderão acompanhar, mas não poderão manifestar-se durante a realização dos mesmos. O dia e hora serão disponibilizados pela Internet por meio de carta às LICITANTES credenciadas.

7 DISCRIMINAÇÃO DE TIPOS DE FIREWALLS E NÚMERO DE LICENÇAS

Tipo	Tribunal	Licenças	Tipo	Tribunal	Licenças
1	TST		2	TRT da 13ª Região - PB	250
1	TRT da 1ª Região - RJ	Ilimitada	2	TRT da 14ª Região - RO/AC	300
1	TRT da 2ª Região - SP	Ilimitada	1	TRT da 15ª Região - Campinas-SP	Ilimitada
1	TRT da 3ª Região - MG	Ilimitada	2	TRT da 16ª Região - MA	250
1	TRT da 4ª Região - RS	Ilimitada	2	TRT da 17ª Região - ES	250
2	TRT da 5ª Região - BA	Ilimitada	2	TRT da 18ª Região - GO	300
2	TRT da 6ª Região - PE	500	2	TRT da 19ª Região - AL	250
2	TRT da 7ª Região - CE	250	2	TRT da 20ª Região - SE	250
2	TRT da 8ª Região - PA	500	2	TRT da 21ª Região - RN	250
1	TRT da 9ª Região - PR	Ilimitada	2	TRT da 22ª Região - PI	100
2	TRT da 10ª Região - DF/TO	300	2	TRT da 23ª Região - MT	250
2	TRT da 11ª Região - AM	300	2	TRT da 24ª Região - MS	250
2	TRT da 12ª Região - SC	500			

ANEXO II – LOCAIS DE ENTREGA

TRT	ENDEREÇO
1ª - RJ	Av. Pres. Antônio Carlos, 251 - CEP 20020-010 – Rio de Janeiro/RJ - PABX (21) 2212 9339
2ª - SP	Rua da Consolação, 1.272 – CEP 01302-906 – São Paulo – SP - PABX (11) 3255 4111
3ª - MG	Av. Getúlio Vargas, 225 - CEP 30112-900 – Belo Horizonte/MG - PABX (31) 228 7000
4ª - RS	Av. Praia de Belas, 1.100 - CEP 90110-000 – Porto Alegre/RS PABX (51) 3233 3311
5ª - BA	Rua Bela Vista do Cabral, 26/32 Salvador-BA - CEP: 40055-000 - (71) 319 7777
6ª - PE	Rua Av. Martin Luther King, 739 - Cais do Apolo - CEP 50030 - 902 - Recife/PE PABX (81) 3424 5955
7ª - CE	Av. Santos Dumont, 3.384 - CEP 60150-163 - Fortaleza/CE PABX (85) 266 9300
8ª - PA	Travessa D. Pedro I, 746 - CEP: 66050-100 - Belém/PA PABX (91) 242 7622
9ª - PR	Rua Vicente Machado, 147 - CEP 80420-010 - Curitiba /PR PABX (41) 310 7000
10ª - DF	Av. W 3 Norte - Q. 513 L. 2 e 3 - CEP 70760 -900 - Brasília /DF PABX (61) 348 1100
11ª - AM	R. Visconde de Porto Alegre, 1.265 CEP69020-130 Manaus /AM PABX (92) 621 7200
12ª - SC	Rua Esteves Júnior, 395 - CEP 88015-530 - Florianópolis / SC PABX (48) 216 4000
13ª - PB	Av. Corálio Soares de Oliveira, s/n CEP 58013-260 – João Pessoa – PB PABX (83) 214 6000
14ª - RO	Rua Almirante Barroso, 600 CEP: 78916-020 - Porto Velho / RO PABX (69) 224 1012
15ª - Camp	Rua Conceição, 150 CEP:13010-050 - Campinas/ SP PABX (19) 3232 7955
16ª - MA	Av. Senador Vitorino Freire, 2.001 CEP 65010-650 São Luís / MA PABX (98) 218 9300
17ª - ES	Rua Pietrângelo de Biase, 33 - CEP 29010-190 - Vitória /ES PABX (27)3321 2400
18ª - GO	Rua T29, nº 1043 Setor Bueno, Goiânia-GO - CEP: 74215-050 - (62) 254 3344 Expediente: 8 – 18
19ª AL	Av. da Paz, 2076 Centro, Maceió-AL - CEP: 57020-440 - (82) 216 8299
20ª SE	Av. Rio Branco,168 Centro, Aracaju-SE - CEP: 49010-030 - (79) 211 6126
21ª RN	Av. Capitão-Mor Gouveia, 1.738 - CEP 59063-400 - Natal/RN - PABX (84) 209 3000
22ª PI	Rua 24 de Janeiro, 181 - CEP 64000-230 – Teresina/PI - PABX (86) 221 9595
23ª MT	Av. Fernando Corrêa da Costa, 1682, Jardim Tropical, Cuiabá-MT - CEP: 78.065-000 (65) 318 4100
24ª MS	Rua Jornalista Belizário Lima, 418, Vila Glória – Campo Grande-MS - CEP: 79004-270 – (67) 721 1771

ANEXO III – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

O programa de capacitação deverá iniciar em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato. O treinamento deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos:

- Arquitetura da solução proposta;
- Configurações da política de segurança e suas propriedades;
- Configuração e autenticação de usuários/sessão;
- Network Address Translation (NAT);
- Backup;
- Upgrade;
- Licenciamento;
- Instalação e implementação;
- Tracking e alertas;
- Balanceamento de carga para servidores;
- Habilitando Voz sobre IP (VoIP);
- Segurança de conteúdo;
- Criptografia e VPN's;
- Autoridades Certificadoras (CAs);
- Configuração de VPNs (Client-to-Site e Site-to-Site);
- Opções avançadas de proteção da solução;
- Integração com LDAP para o gerenciamento de usuários;
- Domínios de criptografia para VPNs sobrepostos;
- VPNs para múltiplos pontos de entrada (MEPs);
- Instalação e Gerenciamento da solução de alta disponibilidade (cluster);

O treinamento deverá ser ministrado em Brasília, em instalações fornecidas pela licitante, para um número de 30 (trinta) participantes, em horário que será estabelecido pelo TST, com carga horária mínima de 40 horas.

As despesas com o ambiente de treinamento (sala, computadores, projetores, servidores, apostilas, CD_ROM, etc.) será de responsabilidade do licitante.

O material didático a ser utilizado deverá ser preparado pela licitante e entregue 02 (dois) dias antes do início do treinamento.

O instrutor deverá ser certificado pelo fabricante da solução proposta.

As despesas com o instrutor, inclusive as relativas a transporte, estadia e alimentação, serão de responsabilidade do licitante.

O licitante deverá fornecer certificados para os participantes que obtiverem aproveitamento satisfatório, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o encerramento do treinamento.

A ementa definitiva do curso deverá ser elaborada pela Secretaria de Processamento de Dados do TST, juntamente com o licitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

CONTRATO PE-123/2005 - AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE CLUSTER DE FIREWALLS PARA CONEXÃO À REDE CORPORATIVA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - (PROCESSO TST N.º 138.320/2005-9).

CONTRATANTE: **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado na Praça dos Tribunais Superiores, bloco D, s/n.º, Brasília, DF, CEP 70097-900, telefone geral (61) 3314-4300, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado pelo/a,

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º....., com sede no, Brasília, DF, CEP....., telefone (61), fax (61), doravante denominada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se:

- I - no Pregão Eletrônico n.º 123/2005, conforme Lei n.º 10.520/2002 e Decretos n.ºs 3.931/2001 e 5.450/2005;
- II - nos termos propostos pela Contratada que, simultaneamente:
 - a) constem no Processo Administrativo TST n.º 138.320/2005-9;
 - b) não contrariem o interesse público;
- III - nas determinações das Leis n.º 8.666/93, 8.078/90 e 9.784/99;
- IV - nos preceitos de direito público;
- V - supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a aquisição dos produtos abaixo relacionados, respeitando as características detalhadas, termos e condições que constam no caderno de especificações técnicas (Anexo I) , processo administrativo referido na cláusula anterior e edital de licitação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quantidade Registrada	Pedido Inicial
01	Cluster failover de Firewalls com dois nós (Descrição conforme ANEXO I – Tipo 1)	48 (Totalizando 96 Firewalls)	7 (Totalizando 14 Firewalls)
02	Cluster failover de Firewalls com dois nós (Descrição conforme ANEXO I – Tipo 2)	48 (Totalizando 96 Firewalls)	18 (Totalizando 36 Firewalls)

Subcláusula primeira. Os produtos serão industrializados, novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, nos locais definidos no **Anexo II**.

Subcláusula segunda. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os itens acessórios de *hardware* e *software* necessários à sua perfeita ativação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, interfaces, suportes, *drivers* de controle, programas de configuração, etc.

Subcláusula terceira. Os equipamentos deverão estar acompanhados de sua documentação técnica completa e atualizada, que contenha manuais, guias de instalação e outros pertinentes em sua forma original, pois não serão aceitas cópias de qualquer tipo.

Subcláusula quarta. As especificações técnicas constantes do processo administrativo referido aderem a este contrato e dele fazem parte, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ASSISTÊNCIA E DO SUPORTE TÉCNICO

A Contratada deverá prestar, durante todo o período de garantia, assistência técnica na modalidade “on site”, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 18h, nos locais de entrega indicados no Anexo II, que consistirá na reparação das eventuais falhas dos produtos, mediante a substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos, no caso dos equipamentos, ou correção de rotinas e fornecimento de atualizações, no caso dos softwares, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os produtos.

Subcláusula primeira. A assistência técnica utilizará apenas peças e componentes originais, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo Contratante ou TRT.

Subcláusula segunda. O fabricante e a Contratada devem garantir a existência de partes e peças para reposição, bem como para expansão ou atualização dos equipamentos, por um período não inferior ao de garantia.

Subcláusula terceira. A Contratada prestará suporte técnico quanto ao uso dos recursos do equipamento, bem como quanto à solução de problemas.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

O valor total deste contrato é R\$ (.....).

Subcláusula primeira. O preço unitário do equipamento item 1 é R\$ (.....) e do equipamento item 2 é R\$ (.....)

Subcláusula segunda. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão-de-obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, especialmente as referentes a configuração e ativação dos bens, assim como suporte de serviços durante o período da garantia.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, mediante depósito na conta bancária indicada pela Contratada, em até 10 dias úteis após o recebimento definitivo, condicionados à apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo servidor designado para receber o objeto.

Subcláusula primeira. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP, na seguinte forma:

- I - 30% (trinta por cento) após a entrega dos equipamentos;
- II - 20% (vinte por cento) após realização dos serviços;
- III - 20% (vinte por cento) após a conclusão do treinamento;
- IV - 30% (trinta por cento) após o recebimento definitivo.

Subcláusula segunda. A Contratada entregará todo o material solicitado através da nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Subcláusula segunda. Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a Contratada fazer a substituição.

Subcláusula segunda. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

Subcláusula terceira. A Contratada deverá apresentar atualizados, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- I - Certidão Negativa de Débitos para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195, parágrafo 3º;

- II - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- III - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
- IV - Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e irreeajustáveis nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho, elemento de despesa, nota de empenho, emitida em

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência a partir da data de sua assinatura, até o final da garantia do objeto.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DO OBJETO

A garantia do objeto deste contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados do recebimento definitivo.

CLÁUSULA DEZ - DOS PRAZOS

A Contratada deverá obedecer, para execução do objeto deste contrato, aos seguintes prazos:

- I - entregar os produtos e concluir o treinamento, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da assinatura deste contrato;
- II - ao prestar assistência técnica:
 - a) iniciar o atendimento em, no máximo, 2 (duas) horas, considerando o horário de 8h às 18h, de segunda-feira à sexta-feira, contados da comunicação do defeito;
 - b) concluir os reparos em, no máximo, 12 (doze) horas, incluindo a substituição de peças, contados da comunicação.

Subcláusula única. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar.

CLÁUSULA ONZE - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido:

- I - **provisoriamente**, imediatamente após efetuado o fornecimento, para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações e com a proposta;
- II - **definitivamente**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a partir do recebimento provisório, mediante termo de recebimento definitivo, após comprovação de adequação da solução às cláusulas contratuais.

Subcláusula primeira. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os equipamentos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à Contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

Subcláusula segunda. Os equipamentos objeto deste contrato deverão ser entregues, configurados e ativados.

Subcláusula terceira. Após a entrega, será iniciada a etapa de verificação dos equipamentos com as características técnicas descritas no edital, na proposta e neste contrato, para que posteriormente seja aferida a conformidade e atestado por escrito seu perfeito funcionamento.

Subcláusula quarta. Um determinado equipamento será inteiramente recusado pela Fiscalização nas seguintes condições:

- I - caso tenha sido entregue com as especificações técnicas diferentes das contidas neste contrato e em seu anexo, no edital ou na proposta;
- II - caso apresente defeito em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

Subcláusula quinta. Nos casos de recusa do equipamento, a Contratada terá prazo estipulado pelo Contratante, para providenciar a substituição, a partir da comunicação oficial feita pela Fiscalização.

Subcláusula sexta. O recebimento provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA DOZE - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Os produtos e serviços constantes neste contrato serão fiscalizados por servidor ou por comissão composta de, no mínimo, 3 (três) servidores do Contratante, doravante denominados Fiscalização, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e controle da execução contratual.

Subcláusula primeira. À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- I - solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;

- II - verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- III - acompanhar e atestar o recebimento definitivo dos equipamentos e a execução dos serviços, indicando as ocorrências de indisponibilidade;
- IV - encaminhar à Secretaria Administrativa os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas à Contratada.

Subcláusula segunda. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA TREZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a emvidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

- I - entregar os equipamentos objeto deste contrato nos locais determinados pelos representantes da Administração do Contratante, no prazo máximo determinado na cláusula dez;
- II - obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados e pagar os emolumentos prescritos em lei;
- III - prestar, sem qualquer ônus adicional para o Contratante, suporte de serviços, que compreenderá assistência técnica durante o período de garantia contra defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos e à solução de problemas;
- IV - prestar suporte técnico quanto aos problemas de funcionamento durante a utilização normal do equipamento, independentemente da existência de falha material;
- V - fornecer a seus técnicos quaisquer ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à limpeza ou à manutenção dos equipamentos;
- VI - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
- VII - entregar a documentação para cada TRT e TST, contendo: as informações necessárias para abertura dos chamados por telefone e por correio eletrônico (códigos de acesso, números de telefone, endereços de correio eletrônico, códigos de identificação do cliente, etc...); acesso à área de suporte técnico através de endereço eletrônico (web site) do fabricante do equipamento;

- VIII - efetuar a instalação física da solução proposta nos TRTs e TST, bem como configurá-los de tal forma que mantenha o perfeito funcionamento das redes dos tribunais, e capacitar a equipe técnica de acordo com o programa descrito no anexo III;
- IX - comprovar possuir assistência técnica credenciada pelo fabricante, capaz de atender nos locais de entrega dos equipamentos com, no mínimo, uma central de assistência técnica. A assistência técnica da garantia consiste de: reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos; acesso total ao conteúdo presente em área restrita de suporte no endereço eletrônico (web site) do fabricante do equipamento, contemplando toda a documentação técnica (guias de instalação/configuração atualizados, FAQ's, com pesquisa efetuada através de ferramentas de busca) e atualizações ("update" e "upgrade") de todos os componentes de software do sistema;
- X - providenciar previamente à assinatura deste termo contratual a apresentação da relação dos postos de serviço, com sua identificação, endereço, CNPJ/CPF, responsável técnico e região de atuação;
- XI - verificar que em havendo terceirização dos serviços de assistência técnica, deverá ser fornecida declaração de, no mínimo, uma empresa terceirizada por local de entrega. Essas declarações, onde devem constar os dados solicitados neste item e o comprometimento das empresas de assistência técnica com a prestação desse serviço, deverão ser destinadas ao Tribunal Superior do Trabalho e são requisitos para assinatura da Ata de Registro de Preços;
- XII - certificar-se que a abertura de chamados será efetuada por correio eletrônico e por telefone. No caso de abertura através de telefone, o contato será efetuado através de número nacional isento de tarifação telefônica (por exemplo, prefixo 0800), ou números locais em cada município de entrega dos equipamentos; em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em língua portuguesa;
- XIII - viabilizar o acesso à área restrita de suporte em endereço eletrônico (web site) deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- XIV - garantir que o término do reparo do equipamento não poderá ultrapassar o prazo previsto, caso contrário deverá ser providenciado pelo contratado a colocação de equipamento equivalente ou de superior configuração como *backup*, até que seja sanado o defeito do equipamento;

- XV -** confirmar que durante o período de garantia, os equipamentos que apresentarem inoperância, em 02 (duas) ocasiões separadas por no máximo um período de 60 (sessenta) dias corridos, serão substituídos;
- XVI -** garantir durante o período de garantia, os equipamentos que apresentaram funcionamento irregular, em desacordo com aquele especificado pelo fabricante, em 02 (duas) ocasiões separadas por até 60 (sessenta) dias corridos, serão substituídos;
- XVII -** oferecer a Contratada programa de capacitação para o corpo técnico do TST e TRTs, abordando os assuntos: instalação, configuração e gerenciamento da solução proposta. A especificação detalhada do programa de capacitação está descrita no anexo III;
- XVIII -** facilitar à Fiscalização a vistoria aos serviços pactuados, bem como a verificação de materiais e equipamentos utilizados, em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências em que se encontrarem, mesmo que de propriedade de terceiros;
- XIX -** fornecer em caso de terceirização dos serviços de assistência técnica, a declaração de no mínimo, uma empresa terceirizada por região de atuação, que deverá ser destinada ao Contratante, em que constem os dados solicitados neste inciso e o seu comprometimento com a prestação desse serviço;
- XX -** responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Contratante;
- XXI -** responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- XXII -** respeitar o sistema de segurança do Contratante e fornecer todas as informações solicitadas por ele;
- XXIII -** acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades.
- XXIV -** garantir assistência técnica credenciada pelo fabricante, capaz de atender nos locais de entrega dos equipamentos, com, no mínimo, uma central de assistência técnica;
- XXV -** assegurar que a assistência técnica da garantia será prestada na modalidade "on-site" durante todo o período de garantia dos equipamentos e o atendimento dar-se-á a partir da comunicação do(s) defeito(s) pelo contratante;

XXVI - atestar ciência de outras obrigações constantes no Caderno de Especificações e no Edital;

Subcláusula primeira. Não será permitido ao pessoal da Contratada o acesso a áreas dos edifícios que não aquelas relacionadas ao seu trabalho.

Subcláusula segunda. A Contratada não será responsável:

- I - por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
- II - por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste contrato.

CLÁUSULA QUATORZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I - proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir livre acesso dos técnicos da Contratada às dependências do Contratante relacionadas à execução do contrato;
- II - promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;
- III - fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

Subcláusula única. Após a assinatura do contrato, o Contratante designará, formalmente, servidor ou comissão de servidores para exercerem acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da cláusula doze.

CLÁUSULA QUINZE - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, as sanções administrativas aplicadas à Contratada serão:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a União;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Subcláusula primeira. O atraso injustificado no prazo de entrega, implicará a cada ocorrência, multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data fixada para entrega do material ou conclusão do serviço, até o percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor total.

Subcláusula segunda. Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* desta cláusula.

Subcláusula terceira. O atraso no prazo de atendimento ao chamado para o serviço de manutenção técnica durante o período de garantia, assim como o atraso no prazo de execução deste serviço, implicará multa correspondente a 0,5% (meio ponto percentual) do valor do equipamento faturado na nota fiscal entregue ao TST, por hora de atraso, para cada equipamento em que houver atraso, até o percentual máximo de 10%, caracterizando, neste caso, a inexecução total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do caput desta cláusula.

Subcláusula quarta. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

Subcláusula quinta. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

Subcláusula sexta. Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

Subcláusula sétima. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA GARANTIA DO CONTRATO

Para segurança do Contratante quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a Contratada deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, os quais devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II - seguro garantia;
- III - fiança bancária.

Subcláusula primeira. A Contratada deverá apresentar a garantia contratual impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que o representante da empresa receber a convocação para assinatura do contrato, sob pena de ser-lhe imputada multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

Subcláusula segunda. A renovação da garantia prestada pela Contratada é de sua inteira responsabilidade, quando couber, e só será liberada ou restituída no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar do recebimento definitivo do objeto deste contrato.

Subcláusula terceira. Caso o valor ou o prazo do documento sejam insuficientes para garantir este contrato, a Contratada providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até que se tenha efetuado o recebimento definitivo do objeto deste contrato.

Subcláusula quarta. No caso de a Contratada optar pela caução em dinheiro, esta deverá ser feita na Caixa Econômica Federal, conforme Decreto-lei n.º 1.737, de 21/12/1979.

CLÁUSULA DEZESSETE - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VINTE - DA RESCISÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as conseqüências do artigo 80 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VINTE E UM - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A Contratada não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato.

Subcláusula única. A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas "Disposições Finais".

Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília, DF, de de 2005.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Características de Firewall:

- 1.1. Controlar as sessões de Telnet, FTP, UDP, TCP, HTTP, SMTP, SNMP, aplicações específicas através do seu número de porta TCP/UDP e controle de serviços RPC;
- 1.2. A licença do software de firewall deve permitir um número mínimo de conexões conforme item 8 deste anexo;
- 1.3. Implementar filtros independentes do tipo de serviço evitando ataques comuns: IP source spoofing e IP source routing;
- 1.4. Possibilitar a especificação de uma política de segurança orientada ao usuário, onde a filtragem de pacotes possa ser feita através da análise do endereço de origem, endereço destino, serviço (TCP, UDP, ICMP, etc.) e autenticação de usuário, independente de seu IP de origem;
- 1.5. Suporte ao padrão 802.1q (VLAN Tagging);
- 1.6. Suportar Network Address Translation (NAT 1-1 e NAT 1-N), de modo estático ou dinâmico;
- 1.7. Suportar certificados digitais, padrão X509, sendo compatível, no mínimo, com as soluções Entrust, Baltimore, RSA, Microsoft e Verisign;
- 1.8. Suportar o controle de aplicações multimídia como: Real Audio e voz sobre IP;
- 1.9. Capacidade de filtrar pacotes JAVA, ActiveX;
- 1.10. Suportar alta disponibilidade, sem perda de conexão (inclusive VPN);
- 1.11. Suportar autenticação aos sistemas: Radius, SecureID, Senha no próprio Firewall, Certificados Digitais (X509) e Serviço de Diretório (LDAP);
- 1.12. Permitir a utilização de hardware tokens (SecurID ou equivalente) e Smart Cards, com o uso de certificados X.509, na autenticação de usuários;
- 1.13. Suportar leitura de CRL através de, no mínimo, HTTP e LDAP;
- 1.14. Possuir Console de Gerenciamento em modo gráfico, tornando possível a definição das políticas de firewall corporativo, VPN, QoS e firewall pessoal na máquina cliente de forma centralizada e integrada:
 - 1.14.1. Este modulo de gerenciamento deverá ser capaz de gerenciar, separadamente, um mínimo de dois conjuntos de Firewalls com os dados trafegados criptografados e autenticados entre gerência e firewall;

- 1.14.2. Gerenciar de forma integrada toda a política dos firewalls gerenciados (corporativos e pessoais), possibilitando a replicação automática de novas regras criadas para todos os firewalls;
- 1.15. Possibilitar a especificação de política por tempo, ou seja, permitir a definição de regras para um determinado horário ou período (dia, mês, ano, dia da semana e hora);
- 1.16. Sistema gráfico de visualização de Logs, deve possuir visualização de todas as conexões "logadas" nos firewalls gerenciados no item 1.14 e log de auditoria. Este sistema gráfico de visualização de logs deverá ser único para conectividade, tempo-real, auditoria e deve ser capaz de filtrar eventos por IP ou nome do objeto e gerar relatórios em formatos de tabelas e gráficos;
- 1.17. Auditoria detalhada de toda alteração de configuração feita no Firewall, indicando usuário, ação e horário;
- 1.18. Possuir a capacidade de alertar os administradores através de E-mail, do protocolo SNMP e scripts ou executáveis definidos pelos administradores, sobre os eventos de segurança gerados no firewall;
- 1.19. Permitir a configuração do serviço FTP, com as funções mínimas: Não permitido, somente GET (autenticado), GET e PUT (autenticado), com a possibilidade de integração futura com tecnologias de inspeção de conteúdo (antivírus, filtragem de URL) a partir de softwares específicos;
- 1.20. Possuir a capacidade de tomar a decisão de encaminhar ou bloquear um pacote, com base nos pacotes anteriores (controle baseado em estado - ex: Tecnologia Stateful Inspection);
- 1.20.1. A funcionalidade do item 1.20 deve estar disponível para os protocolos H.323, MGCP e SIP;
- 1.20.2. A funcionalidade do item 1.20 deve suportar o padrão SIP, de acordo com as RFCs 3372, 3311, SCCP – Skinny Client Control Protocol, RTSP – Real-Time Streaming Protocol, TAPI e J-TAPI;
- 1.20.3. A funcionalidade do item 1.20 deve suportar o padrão e RFC do H.323 versões 1, 2, 3 e 4;
- 1.21. Permitir a "randomização" do número de seqüência TCP, ou seja, funcionar como um "proxy" de número de seqüência TCP de modo a garantir que um host situado em uma interface considerada "externa" (insegura) sob o ponto de vista de política de segurança do firewall, nunca tenha acesso ao número de seqüência TCP real do host seguro (interno ao firewall) em uma sessão estabelecida entre os referidos hosts;
- 1.22. Capacidade de integração com sistema de IDS (*Intrusion Detect System*) de modo a permitir a configuração dinâmica de filtros / lista de acessos para bloquear ataques e ações hostis (detectados pelo IDS);

- 1.23. Permitir a criação de privilégios de acesso para um usuário ou grupo de usuários;
- 1.24. Permitir granularidade de privilégios para os administradores (ex: somente acesso a logs, políticas de firewall, somente leitura);
- 1.25. Permitir a autenticação dos administradores na console de gerência através de certificados X509 emitidos internamente (autoridade certificadora interna) e/ou através de PKI compatível, conforme item 1.7, bem como a possibilidade de autenticar administradores através de serviços de autenticação externos integráveis (item 1.11);
- 1.26. O software de firewall deve suportar nativamente implementações em alta disponibilidade, dos tipos ativo-passivo e load-balance. (A solução de alta disponibilidade deve ser do mesmo fabricante ou nativa do hardware);
- 1.27. Suportar operação em modo transparente (Firewall age como "bridge"), tendo apenas um IP de gerência mas pode efetuar todas as filtragens tradicionais;
- 1.28. Permitir simultaneamente com a implementação *Network Address Translation*, os seguintes tipos de aplicações:
 - 1.28.1. Multimídia, incluindo RealNetworks RealAudio, Xing technologies Streamworks, CuSeeMe, Vocal Tec Internet Phone, VDOnet VDOLive, Microsoft NetShow, Vxtreme Web Theatre, Intels Internet Video Phone e Microsoft NetMeeting (baseado no padrão H.323);
 - 1.28.2. H.323 v4 , *Real Time Streaming Protocol* (RTSP), SIP (*Session Initiation Protocol*);
 - 1.28.3. RISC/SPARC *Remote Procedure Call* (RPC).
- 1.29. Suportar VoIP em ambiente configurado com NAT;
- 1.30. Na configuração de QoS deverá suportar pelo menos duas filas por interface de saída, sendo uma com prioridade estrita, e classificação baseada em DSCP, portas TCP/UDP de origem/destino, endereço IP de origem/destino;
- 1.31. Suporte a limitação de banda por classe de serviço (rate limiting);
- 1.32. Deve suportar nativamente implementações em alta disponibilidade, dos tipos ativo-passivo ou failover e load-balance;
- 1.33. Deverá suportar políticas de QoS (Quality of Service), inclusive tecnologia DiffServ, para VPNs, inclusive com garantias ou limites de alocação de banda de acordo com o usuário, independente do IP utilizado, usuários esses autenticados através dos padrões e tecnologias definidos no item 1.11. Ex: Marca diferenciada (DiffServ) para serviços distintos (Ex: Telnet, http, H323), mesmo quando utilizado em conjunto com a VPN;
- 1.34. Suportar proteção contra ataques de DoS (*Denial of Service*).

2 Características de VPN:

- 2.1 Permitir a autenticação dos usuários através dos seguintes métodos: RADIUS e Certificados Digitais padrão X.509 (inclusive armazenados em SmartCards e Tokens);
 - 2.1.1 Possuir capacidade de autenticar usuários cadastrados em diretórios padrão LDAP.
- 2.2 A solução de VPN deve permitir um número ilimitado de conexões licenciadas, as quais deverão ser gerenciadas centralmente. Devem ser fornecidas pelo menos 25 licenças de VPN client por equipamento;
- 2.3 O módulo para cliente VPN, deverá ter firewall pessoal integrado e operar nas seguintes plataformas Windows: 2003, 2000, XP, NT e 98;
- 2.4 Agir como concentrador de acessos VPN, sendo capaz de passar parâmetros tais como endereço IP do cliente VPN, endereço IP do WINS Server, endereço IP do DNS Server e Default Domain Name para o cliente;
- 2.5 Suportar transparência de conexões IPSEC a NAT (NAT-T) através de encapsulamento dos pacotes IPSEC em UDP e TCP (IPSEC over TCP);
- 2.6 Possuir mecanismo de automatização do processo de enrollment na autoridade certificadora, através do suporte ao protocolo SCEP (Simple Certificate Enrollment Protocol);
- 2.7 Verificação automática de CRLs, via HTTP ou LDAP, antes da aprovação do túnel;
- 2.8 Suportar, no mínimo, os algoritmos e protocolos IPSec, IKE, 3DES, DES e AES;
- 2.9 Possibilitar análise Real-Time da performance de VPN, através de gráficos sobre a performance do tunnel VPN;
- 2.10 Capacidade de utilização de VPN e controle de acesso (firewall), simultaneamente;
- 2.11 Capacidade de atualização / distribuição do software de Firewall/VPN de forma centralizada, através de interface gráfica;
- 2.12 O software deverá suportar a criação e customização de pacotes de cliente VPN pré-configurados de acordo com as definições criadas pelos administradores, de forma a não necessitar alterações ou configurações pelos usuários;
- 2.13 O software de VPN deve suportar nativamente implementações em alta disponibilidade, dos tipos ativo-passivo ou failover;
- 2.14 O concentrador de VPN deve ser capaz de configurar nos VPN clients uma lista de acesso de “split tunneling”, de modo a explicitar quais as

redes podem continuar sendo acessíveis de forma direta (sem IPSEC) durante uma conexão VPN à rede TST. Deve também ser possível a operação no modo “all tunneling”, em que todo o tráfego do VPN client só poderá ser transportado através da conexão protegida;

- 2.15 Deve ser possível ao firewall desempenhar papel simultâneo de concentrador túneis IPSEC do tipo “site-to-site” (LAN-to-LAN) e “remote access”;
- 2.16 Possibilidade de monitoração de usuários de VPN Client-to-Site em tempo real.

3 Características de Hardware:

- 3.1 Hardware dedicado tipo appliance com Sistema Operacional customizado para garantir segurança e melhor performance ao firewall e que permita o monitoramento de recursos no appliance e gerenciamento via HTTPS, SSH e SNMP, de modo centralizado (única console para gerência de todos os hardwares);
- 3.2 Deve suportar solução de cluster ativo-ativo, com redundância e balanceamento de carga sem perda de conexões;
- 3.3 Suportar autenticação MD5 para os protocolos de roteamento RIP v2, e OSPF;
- 3.4 O solução de cluster ativo deve ser implementada de forma nativa pelo Sistema Operacional do appliance, sem a necessidade de nenhum componente adicional;
- 3.5 Suportar opção de alta disponibilidade, permitindo a utilização de uma segunda unidade em standby. Em caso de falha de uma das unidades, não deverá haver perda de nenhuma das conexões ativas (stateful failover) e a transição destas conexões entre as duas unidades deve ser completamente transparente para o usuário final. A unidade standby deverá ser fornecida;
- 3.6 Appliance com um mínimo de 8 interfaces Ethernet 100 Mbps, pelo menos um slot de expansão PMC e suporte a interfaces Gigabit Ethernet em fibra para os Firewalls do **Tipo 1**;
- 3.7 Appliance com um mínimo de 6 interfaces Ethernet 100 Mbps, podendo ser expandido até, pelo menos, 8 interfaces Ethernet 100 Mbps para os Firewalls do **Tipo 2**;
- 3.8 Appliance deve garantir uma vazão mínima de 1.0 Gbps para conexões sem criptografia e um mínimo de 160 Mbps para as conexões cifradas (VPN/3DES) para os Firewalls do **Tipo 1**;
- 3.9 Appliance deve garantir uma vazão mínima de 300 Mbps para conexões sem criptografia e um mínimo de 100 Mbps para as conexões cifradas (VPN/3DES) para os Firewalls do **Tipo 2**;
- 3.10 Suporte ao padrão 802.1q (VLAN Tagging);

- 3.11 Suportar protocolos de roteamento dinâmico tais como OSPF e que este atenda também a utilização em cluster;
- 3.12 Capacidade de atualização individual do sistema operacional e software de firewall em cada nó do cluster sem impacto nas conexões;
- 3.13 Possibilidade de suporte de interface LAN Gigabit padrão 1000-SX;
- 3.14 Suportar gerência de hardware SNMPv1 e SNMPv2c;
- 3.15 Possuir cliente NTP (*Network Time Protocol*) com suporte a autenticação entre peers, conforme definido na RFC 1305;
- 3.16 Suportar gerenciamento através de interface CLI (*command line interface*) do servidor VPN, através da porta de console, telnet e SSH (*Secure Shell*);

4 Características de Administração/Gerenciamento da solução:

- 4.1 Permitir autenticação na console de administração através dos seguintes métodos:
 - 4.1.1 Usuário/senha;
 - 4.1.2 Radius;
 - 4.1.3 Certificado Digital X509;
 - 4.1.4 Tacacs/ Tacacs+.
- 4.2 Permitir a criação de vários servidores de Log em um único servidor físico, permitindo que cada gerência possua uma base de dados distinta para suas informações de Log;
- 4.3 Permitir que as políticas de segurança globais sejam instaladas em qualquer quantidade de firewalls simultaneamente;
- 4.4 Permitir a definição das estações que podem se conectar à gerência através do endereço IP, ranges de endereços IPs, nomes ou domínios;
- 4.5 Permitir a instalação, desinstalação e upgrade de componentes dos firewalls através de uma única console de administração;
- 4.6 Suportar as funcionalidades de Syslog;
- 4.7 Permitir a definição de níveis de administração;
- 4.8 Toda alteração de política e definições na console de gerenciamento deve ser registrada e passível de auditoria.

5 Amostras

5.1 Após classificação das propostas e ultrapassada a fase de lances, a critério do TST, o Pregoeiro solicitará à LICITANTE que se classificar em 1º (primeiro) lugar, que a mesma apresente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, a contar da data da sessão do Pregão, 01(uma) amostra de todas os requisitos especificados neste anexo do presente edital, incluindo toda infra-estrutura para instalação e produção dos testes (equipamentos, servidores, estações, software, etc);

5.1.1 Essa amostra deverá ser montada no ambiente da CONTRATANTE e sua instalação e configuração será acompanhada e supervisionada pela equipe técnica do TST;

5.1.2 A CONTRATANTE disponibilizará acesso à Internet para testes das ferramentas;

5.1.3 A não apresentação/instalação das ferramentas solicitadas no item anterior, no prazo estabelecido, ensejará a desclassificação da proposta da LICITANTE;

5.1.4 Desclassificada a proposta da licitante, por não cumprimento do requisito previsto no Subitem 6.1. ou, ainda, por desatendimento a quaisquer exigências fixadas no edital ou na sua proposta, o Pregoeiro deverá convocar a 2ª (segunda) colocada pela ordem da rodada de lances efetuados e assim sucessivamente;

5.2 O local para a entrega da amostra é o seguinte:

SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SEPROD

Endereço: Praça dos Tribunais Superiores, 2º Andar, Edifício Sede da CONTRATANTE sala 223.

Tel. (0xx61) 3314-4296.

5.3 O resultado da análise da amostra será apresentado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de entrega do ambiente de testes (o ambiente deverá estar operacional no prazo estabelecido no Subitem 6.1) e será com base na comprovação dos requisitos exigidos no projeto básico e na documentação técnica constante da proposta da LICITANTE que serão considerados como:

a) CLASSIFICADA: a amostra comprova que a ferramenta atende a todos os requisitos exigidos no Edital e cotados na proposta da licitante;

b) DESCLASSIFICADA: a amostra não comprova que atende os requisitos exigidos no Edital e/ou na proposta da licitante;

b1) A amostra desclassificada implicará na desclassificação da LICITANTE do certame.

6 EXAME DAS AMOSTRAS

- 6.1 As amostras serão analisadas para verificação da conformidade com os requisitos estabelecidos na especificação técnica e na proposta da licitante;
- 6.2 As amostras serão devolvidas à LICITANTE, tão logo termine todas as dúvidas e questões acerca das ferramentas cotadas;
- 6.3 Não caberá ao TST, sob qualquer hipótese, o pagamento de nenhum tipo de indenização em virtude da realização dos testes na amostra, seja ela rejeitada ou não;
- 6.4 Os testes serão públicos a todas as LICITANTES interessadas e credenciadas no referido certame, sendo que essas poderão acompanhar, mas não poderão manifestar-se durante a realização dos mesmos. O dia e hora serão disponibilizados pela Internet por meio de carta às LICITANTES credenciadas.

7 DISCRIMINAÇÃO DE TIPOS DE FIREWALLS E NÚMERO DE LICENÇAS

Tipo	Tribunal	Licenças	Tipo	Tribunal	Licenças
1	TST		2	TRT da 13ª Região - PB	250
1	TRT da 1ª Região - RJ	Ilimitada	2	TRT da 14ª Região - RO/AC	300
1	TRT da 2ª Região - SP	Ilimitada	1	TRT da 15ª Região - Campinas-SP	Ilimitada
1	TRT da 3ª Região - MG	Ilimitada	2	TRT da 16ª Região - MA	250
1	TRT da 4ª Região - RS	Ilimitada	2	TRT da 17ª Região - ES	250
2	TRT da 5ª Região - BA	Ilimitada	2	TRT da 18ª Região - GO	300
2	TRT da 6ª Região - PE	500	2	TRT da 19ª Região - AL	250
2	TRT da 7ª Região - CE	250	2	TRT da 20ª Região - SE	250
2	TRT da 8ª Região - PA	500	2	TRT da 21ª Região - RN	250
1	TRT da 9ª Região - PR	Ilimitada	2	TRT da 22ª Região - PI	100
2	TRT da 10ª Região - DF/TO	300	2	TRT da 23ª Região - MT	250
2	TRT da 11ª Região - AM	300	2	TRT da 24ª Região - MS	250
2	TRT da 12ª Região - SC	500			

ANEXO II – LOCAIS DE ENTREGA

TRT	ENDEREÇO
1ª - RJ	Av. Pres. Antônio Carlos, 251 - CEP 20020-010 – Rio de Janeiro/RJ - PABX (21) 2212 9339
2ª - SP	Rua da Consolação, 1.272 – CEP 01302-906 – São Paulo – SP - PABX (11) 3255 4111
3ª - MG	Av. Getúlio Vargas, 225 - CEP 30112-900 – Belo Horizonte/MG - PABX (31) 228 7000
4ª - RS	Av. Praia de Belas, 1.100 - CEP 90110-000 – Porto Alegre/RS PABX (51) 3233 3311
5ª - BA	Rua Bela Vista do Cabral, 26/32 Salvador-BA - CEP: 40055-000 - (71) 319 7777
6ª - PE	Rua Av. Martin Luther King, 739 - Cais do Apolo - CEP 50030 - 902 - Recife/PE PABX (81) 3424 5955
7ª - CE	Av. Santos Dumont, 3.384 - CEP 60150-163 - Fortaleza/CE PABX (85) 266 9300
8ª - PA	Travessa D. Pedro I, 746 - CEP: 66050-100 - Belém/PA PABX (91) 242 7622
9ª - PR	Rua Vicente Machado, 147 - CEP 80420-010 - Curitiba /PR PABX (41) 310 7000
10ª - DF	Av. W 3 Norte - Q. 513 L. 2 e 3 - CEP 70760 -900 - Brasília /DF PABX (61) 348 1100
11ª - AM	R. Visconde de Porto Alegre, 1.265 CEP69020-130 Manaus /AM PABX (92) 621 7200
12ª - SC	Rua Esteves Júnior, 395 - CEP 88015-530 - Florianópolis / SC PABX (48) 216 4000
13ª - PB	Av. Corálio Soares de Oliveira, s/n CEP 58013-260 – João Pessoa – PB PABX (83) 214 6000
14ª - RO	Rua Almirante Barroso, 600 CEP: 78916-020 - Porto Velho / RO PABX (69) 224 1012
15ª - amp	Rua Conceição, 150 CEP:13010-050 - Campinas/ SP PABX (19) 3232 7955
16ª - MA	Av. Senador Vitorino Freire, 2.001 CEP 65010-650 São Luís / MA PABX (98) 218 9300
17º - ES	Rua Pietrângelo de Biase, 33 - CEP 29010-190 - Vitória /ES PABX (27)3321 2400
18ª - GO	Rua T29, nº 1043 Setor Bueno, Goiânia-GO - CEP: 74215-050 - (62) 254 3344 Expediente: 8 – 18
19ª AL	Av. da Paz, 2076 Centro, Maceió-AL - CEP: 57020-440 - (82) 216 8299
20ª SE	Av. Rio Branco,168 Centro, Aracaju-SE - CEP: 49010-030 - (79) 211 6126
21ª RN	Av. Capitão-Mor Gouveia, 1.738 - CEP 59063-400 - Natal/RN - PABX (84) 209 3000
22ª PI	Rua 24 de Janeiro, 181 - CEP 64000-230 – Teresina/PI - PABX (86) 221 9595
23ª MT	Av. Fernando Corrêa da Costa, 1682, Jardim Tropical, Cuiabá-MT - CEP: 78.065-000 (65) 318 4100
24ª MS	Rua Jornalista Belizário Lima, 418, Vila Glória – Campo Grande-MS - CEP: 79004-270 – (67) 721 1771

ANEXO III – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

O programa de capacitação deverá iniciar em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato. O treinamento deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos:

- Arquitetura da solução proposta;
- Configurações da política de segurança e suas propriedades;
- Configuração e autenticação de usuários/sessão;
- Network Address Translation (NAT);
- Backup;
- Upgrade;
- Licenciamento;
- Instalação e implementação;
- Tracking e alertas;
- Balanceamento de carga para servidores;
- Habilitando Voz sobre IP (VoIP);
- Segurança de conteúdo;
- Criptografia e VPN's;
- Autoridades Certificadoras (CAs);
- Configuração de VPNs (Client-to-Site e Site-to-Site);
- Opções avançadas de proteção da solução;
- Integração com LDAP para o gerenciamento de usuários;
- Domínios de criptografia para VPNs sobrepostos;
- VPNs para múltiplos pontos de entrada (MEPs);
- Instalação e Gerenciamento da solução de alta disponibilidade (cluster);

O treinamento deverá ser ministrado em Brasília, em instalações fornecidas pela licitante, para um número de 30 (trinta) participantes, em horário que será estabelecido pelo TST, com carga horária mínima de 40 horas.

As despesas com o ambiente de treinamento (sala, computadores, projetores, servidores, apostilas, CD_ROM, etc.) será de responsabilidade do licitante.

O material didático a ser utilizado deverá ser preparado pela licitante e entregue 02 (dois) dias antes do início do treinamento.

O instrutor deverá ser certificado pelo fabricante da solução proposta.

As despesas com o instrutor, inclusive as relativas a transporte, estadia e alimentação, serão de responsabilidade do licitante.

O licitante deverá fornecer certificados para os participantes que obtiverem aproveitamento satisfatório, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o encerramento do treinamento.

A ementa definitiva do curso deverá ser elaborada pela Secretaria de Processamento de Dados do TST, juntamente com o licitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.